

## Pedido de autorização de levantamento de reservas financeiras da AEFDUNL

Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Presidente do Conselho Fiscal da AEFDUNL, Joana Nunes,

Vimos por este meio pedir a vossa excelência o acesso às reservas financeiras da AEFDUNL com o objetivo de suprimir duas dívidas do mandato 2017/2018 que passamos a enquadrar.

A primeira dívida é referente à empresa Tipotejo, fatura número 14 A/27980 de 31 de outubro de 2018. Esta fatura foi emitida com o fim de produção de elementos gráficos para a Jobshop de 2018. Acontece que, no que a esta dívida diz respeito, existiu uma falta de entendimento entre os serviços de comunicação da faculdade, na pessoa de Rita Coutinho, e a tesoureira em questão, Ana Mendonça. A faculdade terá alegadamente dito que se responsabilizava pelo pagamento destes elementos gráficos que seriam comprados pela AEFDUNL, por outro lado, a FDUNL diz nada ter prometido à Tesoureira supramencionada. No que a isto diz respeito, a atual direção da AEFDUNL, após conversas com as anteriores direções, nas pessoas de Miguel Horta, Ana Mendonça, Ana Sofia Mendes e Rafaela Neves apurou que, de facto, em momento algum existiu um compromisso escrito por parte da FDUNL, sendo de enorme complexidade averiguar um possível acordo por via oral entre as intervenientes em questão. Mais acrescentamos que a interveniente que representa a faculdade, Rita Coutinho, já não se encontra ao serviço desta. A AEFDUNL pelo explanado, vem por este meio requerer o uso das reservas financeiras para poder sanar esta irregularidade que se mantém até aos dias de hoje, afetando o bom nome da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. O montante em questão é de 1033,20 euros.

A segunda dívida em apreço refere-se a uma viagem efetuada por membros da AEFDUNL à Bélgica. Esta viagem enquadra-se na participação nos Social Europe Days. O processo desta dívida, após sucessivas emendas às faturas emitidas por parte do alojamento La Foresta que possuíam diversas irregularidades, culmina numa transferência da faculdade ao dia 27 do mês de junho do ano de 2019 de uma tranche de 2 580,80 euros, que se repartia em três pagamentos diferentes, dos quais um no valor de 1 740,80 euros